REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO: ESPIRITO SANTO MUNICÍPIO: IBATIBA

Relatório Anual de Gestão 2018

NILCILAINE HUBNER FLORINDO Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- o 1.2. Secretaria de Saúde
- o 1.3. Informações da Gestão
- o 1.4. Fundo de Saúde
- o 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- o 1.7. Conselho de Saúde
- o 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- o 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- o 3.2. Nascidos Vivos
- o 3.3. Principais causas de internação
- o 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- o 4.1. Produção de Atenção Básica
- o 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- o 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- o 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- o 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- o 5.2. Por natureza jurídica
- o 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- o 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores
- 8. Indicadores de Pactuação Interfederativa
- 9. Execução Orçamentária e Financeira
 - 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa
 - 9.2. Indicadores financeiros
 - 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
 - o 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

10. Auditorias

- 11. Análises e Considerações Gerais
- 12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	ES
Município	IBATIBA
Região de Saúde	Metropolitana
Área	241,49 Km²
População	25.732 Hab
Densidade Populacional	107 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 18/05/2021

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Número CNES	6441238
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
Endereço	RUA DIMAS AMBROSIO TRINDADE 0
Email	saudeibatiba@gmail.com
Telefone	28 3543 1614

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 18/05/2021

1 .3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	LUCIANO MIRANDA SALGADO
Secretário(a) de Saúde em Exercício	NILCILAINE HUBNER FLORINDO
E-mail secretário(a)	nilcihubner@hotmail.com
Telefone secretário(a)	28999762038

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 18/05/2021

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	05/1991
CNPJ	10.486.394/0001-93

Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	Nilcilaine Hubner Florindo

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 18/05/2021

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 30/12/2020

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Metropolitana

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
AFONSO CLÁUDIO	954.656	30455	31,90
ARACRUZ	1436.02	103101	71,80
BREJETUBA	342.507	12427	36,28
CARIACICA	279.975	383917	1.371,25
CONCEIÇÃO DO CASTELO	364.531	12806	35,13
DOMINGOS MARTINS	1225.327	33986	27,74
FUNDÃO	279.648	21948	78,48
GUARAPARI	592.231	126701	213,94
IBATIBA	241.49	26426	109,43
IBIRAÇU	199.824	12591	63,01
ITAGUAÇU	530.388	14023	26,44
ITARANA	299.077	10494	35,09
JOÃO NEIVA	272.865	16722	61,28
LARANJA DA TERRA	456.985	10933	23,92
MARECHAL FLORIANO	286.102	16920	59,14
SANTA LEOPOLDINA	716.441	12197	17,02
SANTA MARIA DE JETIBÁ	735.552	41015	55,76
SANTA TERESA	694.532	23724	34,16
SERRA	553.254	527240	952,98
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	187.894	25745	137,02
VIANA	311.608	79500	255,13
VILA VELHA	208.82	501325	2.400,75
VITÓRIA	93.381	365855	3.917,87

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

1 .7. Conselho de Saúde

Intrumento Legal de Criação	LEI					
Endereço	Av. Afonso Cláudio	Av. Afonso Cláudio 378 Centro				
E-mail	doc.adauto@gmail.c	doc.adauto@gmail.com				
Telefone	2899537771	2899537771				
Nome do Presidente	Adauto de Almeida	Adauto de Almeida Souza				
Número de conselheiros por segmento	Usuários 5					
	Governo	2				
	Trabalhadores	2				
	Prestadores 1					

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência: 201806

1 .8. Casa Legislativa

1° RDQA		2° RDQA		3º RDQA			
Data de Apresentação na Casa Legislativa		Data de Apresentação na Casa Leg	islativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa			
28/11/2019		28/11/2019		28/11/2019			

Considerações

O Relatório Anual de Saúde, além de constituir-se numa exigência legal, é um instrumento fundamental para a consolidação do SUS, visto que, através dele, a Secretaria Municipal de Saúde apresenta os resultados das ações e recursos financeiros planejados para o ano de 2018, o qual será submetido apreciação do Conselho Municipal de Saúde.

2. Introdução

Análises e Considerações sobre Introdução

O Relatório de Gestão é um dos instrumentos da gestão do SUS, no âmbito do planejamento, regulamentado pela Lei 8.142/1990 e pela Lei Complementar nº 141/2012. O gestor do SUS em cada ente da Federação elabora Relatório detalhado referente ao ano de competência, com o montante e fonte dos recursos aplicados no período, auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações e a produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

A Nota Técnica Nº 2/2018-CGAIG/DAI/SE/MS, esclarece acerca das instabilidades do Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório de Gestão (SARGSUS). Como disposto na Portaria nº 575 de 29 de março de 2012, Art. 2º, o Sistema de Apoio à Elaboração do Relatório de Gestão (SARGSUS) é uma ferramenta de utilização obrigatória para a elaboração do Relatório Anual de Gestão (RAG) e integra o conjunto dos Sistemas Nacionais de Informação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda, de acordo com o Art. 36, §1º, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o prazo para envio do RAG ao respectivo Conselho de Saúde, é até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, o SARGSUS tem apresentado instabilidades, dificultando seu uso e finalização de relatórios que estavam em preenchimento. Sendo assim, esta Nota Técnica objetiva esclarecer sobre tais inconsistências e informar acerca das medidas tomadas para reestabelecer o funcionamento do sistema.

O Ministério da Saúde (MS) informou que a partir janeiro de 2019, estaria disponível no ambiente de produção o Sistema DigiSUS Gestor ¿ Módulo Planejamento ¿ DGMP. O referido sistema será utilizado para registro de informações relativas aos instrumentos de planejamento em saúde de estados, Distrito Federal e municípios.

O DGMP possibilitará o registro sequencial das Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde, anualização das metas e lançamento de previsão orçamentária da Programação Anual de Saúde; elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior e do Relatório Anual de Gestão; e permitirá ainda o registro de metas da Pactuação Interfederativa de Indicadores.

Ao DGMP serão incorporadas as funcionalidades dos sistemas SARGSUS e SISPACTO, ressaltando-se que o SARGSUS continuará disponível até dezembro de 2019, aos gestores para encaminhamento dos Relatórios Anuais de Gestão (RAG) anteriores ao ano de 2018 e também aos conselhos de saúde para apreciação dos RAG anteriores a 2018.

Foi informado pela referência técnica do planejamento estadual que o sistema DIGISUS ainda não está em funcionalidade, e até a finalização desse processo de transição do SARGSUS para o DIGISUS, deveríamos realizar o levantamento das informações nas referidas bases do MS para elaboração do documento em word para apreciação do Conselho Municipal de Saúde, e assim respeitar os prazos pré-estabelecidos pela legislação.

Sendo assim, segue o RAG 2018 para a devida apreciação e aprovação do CMS

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2018

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	1059	1009	2068
5 a 9 anos	1000	910	1910
10 a 14 anos	973	896	1869
15 a 19 anos	1003	1009	2012
20 a 29 anos	2002	2042	4044
30 a 39 anos	2124	2052	4176
40 a 49 anos	1727	1771	3498
50 a 59 anos	1325	1349	2674
60 a 69 anos	954	929	1883
70 a 79 anos	530	508	1038
80 anos e mais	261	299	560
Total	12958	12774	25732

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tabnet) Data da consulta: 26/03/2021.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2014	2015	2016	2017	2018
Ibatiba	342	344	331	354	368

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 26/03/2021.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	278	258	345	322	254
II. Neoplasias (tumores)	70	73	122	99	147
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	19	19	45	18	30
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	67	70	69	42	51
V. Transtornos mentais e comportamentais	20	9	5	8	3

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
VI. Doenças do sistema nervoso	45	63	61	83	98
VII. Doenças do olho e anexos	4	3	2	6	5
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	1	2	1	3
IX. Doenças do aparelho circulatório	413	391	421	304	328
X. Doenças do aparelho respiratório	460	456	518	359	304
XI. Doenças do aparelho digestivo	198	131	137	110	157
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	23	23	32	38	32
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	39	27	30	27	38
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	226	208	127	173	174
XV. Gravidez parto e puerpério	212	222	186	272	305
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	30	25	38	37	31
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	7	8	6	3	4
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	8	17	30	26	19
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	160	167	168	199	213
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	1	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	6	6	14	10	9
CID 10 ^a Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	2287	2177	2358	2137	2205

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 26/03/2021.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1	5	3	5	3
II. Neoplasias (tumores)	19	20	14	20	25
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	1	1	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	8	8	11	9	10
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	-	1	3	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	7	2	6	4
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	46	42	55	44	45

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
X. Doenças do aparelho respiratório	11	13	15	24	11
XI. Doenças do aparelho digestivo	7	5	12	7	5
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	1	-	1
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	1	1	1
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	4	3	8	3	8
XV. Gravidez parto e puerpério	1	-	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	3	2	2	2	1
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2	2	1	-	-
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	1	3	-	1
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	27	30	31	38	26
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-	-
Total	130	139	161	162	141

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 26/03/2021.

• Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

O município de Ibatiba apresentou estimativa populacional de 22.366 habitantes no ano de 2010, segundo dados do Censo/IBGE. Com base nesses dados, observa-se que a população do sexo masculino é superior a do sexo feminino com percentual de 50,5% e 49,5%, respectivamente. A pirâmide etária mostra que a faixa etária de 20 a 29 anos é a mais populosa e, quanto aos idosos, verifica-se que esse grupo populacional corresponde a 10,7% do total de habitantes do município.

De acordo com os dados apresentados no quadro referente a morbidade no período de 2014 à 2018, a principal causa é por doenças do aparelho respiratório (2.026), seguido por doenças do aparelho circulatório (1.471) e algumas doenças infecciosas e parasitárias (1.440).

Os grupos de causas em destaque de mortalidade de Ibatiba no período de 2012 a 2016 são: Aparelho circulatório (229), a magnitude como problema de saúde pública retrata a incidência dessas doenças na população, associada a fatores de risco como tabagismo, hipertensão, obesidade, hipercolesterolemia, diabete, sedentarismo e estresse. A segunda maior causa são Causas externas de morbidade e mortalidade (131) os acidentes e as violências correspondem às causas externas, os acidentes englobam as quedas, o envenenamento, o afogamento, as queimaduras, o acidente de trânsito, entre outros; já as violências são eventos considerados intencionais e compreende a agressão, o homicídio, a violência sexual, a negligência/abandono, a violência psicológica, a lesão autoprovocada, entre outras. Seguido pelas Doenças do Aparelho Respiratório (67).

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Considerando a verificação da inconsistência dos dados provenientes do SISAB, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) solicitou a retirada dos dados da Atenção Básica disponibilizados pelos tabuladores do CMD até que os dados sejam corrigidos pela equipe da SAPS.

Em decorrência disso, informamos que o quadro 4.1 Produção da Atenção Básica dos Relatórios – RDQ e RAG permanecerá indisponível até a correção pela referida área. Dessa maneira, os gestores devem informar os dados relativos a produção da Atenção Básica, utilizando os dados das bases locais no campo Análise e Considerações.

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Cwuno nyogodimento	Sistema de Informa	ações Ambulatoriais	Sistema de Informações Hospitalares		
Grupo procedimento	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total	
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-	
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	11	204,05	-	-	
03 Procedimentos clínicos	14	10,20	1361	691197,40	
04 Procedimentos cirúrgicos	771	19324,25	165	106161,93	
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	-	-	-	-	
06 Medicamentos	-	-	-	-	
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-	
08 Ações complementares da atenção à saúde	6	29,70	-	-	
Total	802	19568,20	1526	797359,33	

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: 23/06/2021.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais							
Forma de Organização Qtd. aprovada Valor aprovado							
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	335						
Sistema de Informações Hospitalares							
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total					

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: 23/06/2021.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informa	ações Ambulatoriais	Sistema de Informacões Hospitalares		
Grupo procedimento	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total	
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	43230	35,10	-	-	
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	100895	498887,96	-	-	
03 Procedimentos clínicos	109605	616894,22	1361	691197,40	
04 Procedimentos cirúrgicos	5110	40760,32	165	106161,93	
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	-	-	-	-	
06 Medicamentos	-	-	-	-	
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-	
08 Ações complementares da atenção à saúde	59416	294109,20	-	-	
Total	318256	1450686,80	1526	797359,33	

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: 23/06/2021.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financimento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais				
Grupo procedimento	Qtd. aprovada	Valor aprovado			
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	1086	-			
Total	1086	-			

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 23/06/2021.

Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

O município conta com seis equipes de Estratégia de Saúde da Família, sendo três equipes situada em uma unidade de saúde (NESF), duas equipes com sede própria (Sta. Maria e Sta. Clara/ Criciúma), apenas uma em imóvel alugado (Promorar), as equipes contam com o apoio de psicólogo, fonoaudiólogo e fisioterapia.

A Vigilância Epidemiológica está situada na unidade NESF realiza ações de prevenção e promoção da saúde, em parceria com a Atenção Primária.

A Vigilância Sanitária e Ambiental encontra-se em imóvel alugado no centro da cidade.

A produção referente ao caráter do atendimento Atenção Básica e Urgência estão no mesmo grupo de procedimentos, por isso ficou repetitiva as informações, pois existem procedimentos nesse grupo tanto da atenção primária, quanto da secundária.

Vale ressaltar que os medicamentos são referentes aos processos efetuados na Farmácia Cidadã.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2018

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos						
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total		
FARMACIA	0	0	1	1		
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	8	8		
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	0	0	1	1		
HOSPITAL GERAL	0	0	1	1		
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	3	3		
POSTO DE SAUDE	0	0	1	1		
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1		
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	1	1		
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	1	1		
Total	0	0	18	18		

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 18/05/2021.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2018

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica								
Natureza Jurídica	Municipal Estadual Dupla		Total					
ADMINISTRACAO PUBLICA								
MUNICIPIO	14	0	0	14				
ENTIDADES EMPRESARIAIS								
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	2	0	0	2				
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	2	0	0	2				
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS								
PESSOAS FISICAS								
Total	18	0	0	18				

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 18/05/2021.

5.3. Consórcios em saúde

Período 2018

Participação em consórcios			
CNPJ	Natureza	Area de atuação	Participantes
02760004000101	Direito Público	Assistência médica e ambulatorial	ES / IBATIBA

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 18/05/2021.

• Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

Verificamos na rede física municipal que estão cadastrados no CNES cinquenta e quatro estabelecimentos de saúde, e todos estão sob gestão municipal, destes, apenas um é entidade sem fins lucrativos. Ao comparar os dados apresentados com o ano anterior, percebemos uma diferença grande do número de estabelecimentos cadastrados, ficando visível a inconsistência nos dados do SARGSUS.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 01/2018

Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	14	5	18	35	45
	Intermediados por outra entidade (08)	4	0	1	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	1	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	2	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	39	0	12	5	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão								
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS		
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	7	2	10	7	0		
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	4	3	13	0		

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 21/07/2020.

Postos de trabalho ocupados, por ocupaça	ão e forma de contratação				
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2014	2015	2016	2017
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-	Autônomos (0209, 0210)	0	85	143	223
8 -, 3, 4 e 5)	Celetistas (0105)	12	12	5	0
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	0	5	12	6
	Bolsistas (07)	0	0	5	17
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	1.274	1.278	1.451	1.517

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão										
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2014	2015	2016	2017					
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	23	31	36					
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	53	136	247	313					

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 21/07/2020.

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação

Adm. Do	Formas de contratação	CBOs	CBOs	CBOs	CBOs	CBOs ACS
Estabelecimento		médicos	enfermeiro	(outros) nível superior	(outros) nível médio	ACS
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	-	-	-	-	-
	Autônomos (0209, 0210)	-	-	-	-	-
	Residentes e estagiários (05, 06)	-	-	-	-	-
	Bolsistas (07)	-	-	-	-	-
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1,	Intermediados por outra entidade (08)	-	-	-	-	-
203-8)	Informais (09)	-	-	-	-	-
	Contratos temporários e	-	-	-	-	-
	cargos em comissão (010301, 0104)					
	Celetistas (0105)	-	-	-	-	-
	Autônomos (0209, 0210)	-	-	-	-	-
	Residentes e estagiários (05, 06)	-	-	-	-	-
	Bolsistas (07)	-	-	-	-	-
Privada (NJ grupos	Intermediados por outra entidade (08)	-	-	-	-	-
2 ¿ exceto 201-1,	Informais (09)	-	-	-	-	-
203-8 -, 3, 4 e 5)	Servidores públicos cedidos para a iniciativa	-	-	-	-	-
	privada (10)					

cargos em comissão (010302, 0104)					
TOTAL	85	17	-	-	41

Contratos temporários e

Somente foi possível verificar o total do CBO de médicos, enfermeiros e ACS, visto que são muitos e diversas as demais ocupações de nível superior e médio.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - 1. Organizar o Sistema de Serviços Municipal por meio da Rede de Atenção à Saúde, composta pelas Redes Temáticas para garantir o atendimento oportuno do usuário e fortalecer a integralidade na atenção e a equidade no acesso nos vários ciclos de vida, com foco nas necessidades de saúde do território.

OBJETIVO Nº 1.1 - 1.1 Aprimorar a resolutividade da atenção primária , visando a qualificação das práticas e a gestão do cuidado, entendendo-a como parte e ordenadora da rede de atenção à saúde, de forma a assegurara a qualidade dos serviços prestados.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha- Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018- 2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
Ampliar e manter a cobertura populacional pelas equipes de atenção básica.	Cobertura populacional estimadas pelas equipes de atenção básica (Sispacto)		90	0	0	90,00	Percentual	0
2. Ampliar a cobertura populacional de Saúde Bucal	Cobertura populacional estimadas pelas equipes de Saúde Bucal (Sispacto)	Percentual	59	Percentual	0	59,00	Percentual	0
3. promover ampliação de exames citopatológicos na atenção básica.	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	Razão	.3	Razão	0	0,30	Razão	0
4. Proporcionar exame de mamografia de rastreamento para mulheres de 50 a 59 anos na população residente.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.		.15	0	0	0,15	Razão	0
5. Aumentar o número de parto normal no sus na população residente.	Proporção de parto normal no sus e na saúde suplementar.		33.44	0	0	33,44	Percentual	0
6. Reduzir o número de adolescente grávidas na faixa etária de 10 a 19 anos.	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.		16	0	0	16,00	Percentual	0

OBJETIVO Nº 1.2 - 1.2 Aprimorar a Rede de Urgência e Emergência (RUE) no âmbito municipal, visando qualificar o acesso de forma oportuna para melhorar a resolutividade da atenção.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha- Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018- 2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
Proporcionar atendimento de urgência e emergência em tempo oportuno	Manter os serviços de Urgência e Emergência 24 horas.		100	0	0	100,00	Percentual	0

OBJETIVO Nº 1.3 - 1.3 Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em sua organização e qualificação, para atenção integral às pessoas com transtorno mental e/ou pessoas com demandas e necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha- Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018- 2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Implantar a Rede de Atenção Psicossocial.	proporcionar atendimento Psicossocial em tempo oportuno as pessoas com transtorno mental e/ou em uso de álcool e outras drogas.		100	0	0	100,00	Percentual	0

DIRETRIZ Nº 2 - 2. Garantia da Assistência no Âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 2.1 - Promover o Acesso dos Usuários aos Medicamentos com garantia de Qualidade, Humanização no Atendimento, mediante ao seu uso racional e Atenção Integral a Saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha- Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018- 2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
Garantir a aquisição regular de medicamentos essenciais da REMUNE em quantidade e prazos necessários ao abastecimento da rede pública municipal.	Estruturar a Assistência Farmacêutica municipal.		90	0	0	90,00	Percentual	0
Garantir acesso do Usuário aos medicamentos disponibilizados na farmácia cidadã.	Estruturar a assistência farmacêutica municipal.		100	0	0	100,00	Percentual	0
3. Garantir o atendimento dos mandados Judiciais obedecendo o fluxo estabelecidos para o cumprimento dos mandatos.	Estruturar a assistência farmacêutica municipal		100	0	0	100,00	Percentual	0

DIRETRIZ N° 3 - 3. Redução dos riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de promoção e prevenção buscando a articulação intersetorial considerando os determinantes e condicionantes de saúde com base nas necessidades sociais identificadas e a intervenção no risco sanitário.

OBJETIVO Nº 3.1 - 1. Incorporar na prática cotidiana dos serviços de saúde a integralidade do cuidado, com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos a partir da identificação e análise dos fatores geradores de ameaças a vida nas comunidades, bem como da vigilância e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, e a regulação de bens e produtos sujeitos a legislação do SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha- Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018- 2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
1. Diminuir o número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer,diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)		26	0	0	26	Número	0
2. Investigar os óbitos maternos e de mulheres em MIF (10 a 49 anos)	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados. (SISPACTO)		90	0	0	90,00	Proporção	0
3. Aumentar os registro de óbitos com causa básica definida.	Proporção de registro de óbitos com casa básica definida.		98	0	0	98,00	Proporção	0
4. Reduzir a mortalidade infantil em menores de um ano.	Taxa de Mortalidade Infantil.		3	0	0	3	Número	0
5. Reduzir e ou manter o número de óbitos maternos.	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.		0	0	0	0	Número	0
6. Alcançar cobertura vacinal crianças menores de 2 anos , pentavalente (terceira dose), pneumocócica 10-valente (segunda dose), poliomelite (terceira dose) e tríplice viral (primeira dose) com cobertura vacinal preconizada.	Proporção de vacinas selecionadas do CNV para crianças menores de 2 anos , pentavalente (terceira dose),pneumocócica 10-valente (segunda dose), poliomelite (terceira dose) e tríplice viral (primeira dose) com cobertura vacinal preconizada.		100	0	0	100,00	Proporção	0
7. Encerrar casos de DNCI em tempo oportuno.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata 9 (DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação.		90	0	0	90,00	Proporção	0
8. Possibilitar o tratamento e cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos de coortes.		90	0	0	90,00	Proporção	0

9. Possibilitar o tratamento e cura dos casos de tuberculose diagnosticados nos anos das coortes.	Proporção de cura dos casos de tuberculose diagnosticados nos anos das coortes.	90	0	0	90,00	Proporção	0
10. Reduzir o numero de casos de sífilis congênita em menores de uma ano de idade	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de uma ano de idade	0	0	0	0	Número	0
11. Realizar o preenchimento correto nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	90	0	0	90,00	Proporção	0
12. Coleta de água para analise para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	100	0	0	100,00	Proporção	0
13. Executar as ações do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde PQAVS	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	100	0	0	100,00	Percentual	0
14. Realizar número de ciclos para cobertura de imoveis visitados para controle vetorial da dengue	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	4	0	0	4	Número	0
15. Realizar ações destinadas ao enfrentamento à covid 19	Proporção de ações realizadas destinadas ao enfrentamento à COVID 19	0	0	0	100,00	Proporção	0

$DIRETRIZ\ N^o\ 4-4. Desenvolver\ mecanismos\ de\ regulação\ que\ fortaleçam\ a\ governança\ da\ Gestão\ Municipal\ sobre\ a\ prestação\ de\ serviço\ do\ SUS.$

OBJETIVO Nº 4.1 - 1. Qualificar o acesso do cidadão às ações e aos serviços de saúde especializados, oportunamente, mediante processos regulatórios capazes de resguardar a equidade e a integralidade na atenção à saúde enquanto princípios valorativos do SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha- Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018- 2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
Ofertar acesso ao atendimento especializado ambulatorial e hospitalar referenciado pela rede SUS.	Proporção de acesso aos serviços de Média e Alta Complexidade (MAC).		70	0	0	70,00	Proporção	0

$DIRETRIZ\ N^{o}\ 5\ -\ 5.\ Ampliação\ da\ participação\ social\ com\ visitas\ ao\ aprimoramento\ do\ SUS\ e\ a\ consolidação\ das\ políticas\ de\ promoção\ de\ equidade\ em\ saúde.$

OBJETIVO Nº 5.1 - 1. Ampliar a participação social com visitas ao aprimoramento do SUS e a consolidação das políticas de promoção de equidade em saúde

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Linha- Base	Meta 2018	Unidade de medida	Resultado	Meta Plano(2018- 2021)	Unidade de medida	% meta alcançada
Proporcionar mecanismo de controle social	Possibilitar o acesso do usuário a participação social.		80	0	0	80,00	Percentual	0

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção						
Subfunções da Saúde	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício				
0 - Informações	Proporcionar atendimento de urgência e emergência em tempo oportuno	100,00				
Complementares	Proporcionar mecanismo de controle social	0,00				

	Ofertar acesso ao atendimento especializado ambulatorial e hospitalar referenciado pela rede SUS.	0,00
	Garantir acesso do Usuário aos medicamentos disponibilizados na farmácia cidadã.	0,00
	Alcançar cobertura vacinal crianças menores de 2 anos , pentavalente (terceira dose),pneumocócica 10-valente (segunda dose), poliomelite (terceira dose) e tríplice viral (primeira dose) com cobertura vacinal preconizada.	0,00
	Realizar ações destinadas ao enfrentamento à covid 19	0,00
122 - Administração Geral	Ampliar e manter a cobertura populacional pelas equipes de atenção básica.	90,00
Gerai	Proporcionar mecanismo de controle social	0,00
	Ofertar acesso ao atendimento especializado ambulatorial e hospitalar referenciado pela rede SUS.	0,00
	Implantar a Rede de Atenção Psicossocial.	0,00
	Proporcionar atendimento de urgência e emergência em tempo oportuno	0,00
	Ampliar a cobertura populacional de Saúde Bucal	0,00
	Garantir acesso do Usuário aos medicamentos disponibilizados na farmácia cidadã.	0,00
	Garantir o atendimento dos mandados Judiciais obedecendo o fluxo estabelecidos para o cumprimento dos mandatos.	0,00
	Proporcionar exame de mamografía de rastreamento para mulheres de 50 a 59 anos na população residente.	0,00
	Aumentar o número de parto normal no sus na população residente.	0,00
	Alcançar cobertura vacinal crianças menores de 2 anos , pentavalente (terceira dose),pneumocócica 10-valente (segunda dose), poliomelite (terceira dose) e tríplice viral (primeira dose) com cobertura vacinal preconizada.	0,00
	Possibilitar o tratamento e cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	0,00
	Possibilitar o tratamento e cura dos casos de tuberculose diagnosticados nos anos das coortes.	0,00
	Reduzir o numero de casos de sífilis congênita em menores de uma ano de idade	0
	Coleta de água para analise para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	0,00
	Realizar número de ciclos para cobertura de imoveis visitados para controle vetorial da dengue	0
	Realizar ações destinadas ao enfrentamento à covid 19	0,00
301 - Atenção Básica	Ampliar e manter a cobertura populacional pelas equipes de atenção básica.	90,00
	Diminuir o número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	0
	Ampliar a cobertura populacional de Saúde Bucal	0,00
	promover ampliação de exames citopatológicos na atenção básica.	0,00
	Proporcionar exame de mamografia de rastreamento para mulheres de 50 a 59 anos na população residente.	0,00
	Reduzir a mortalidade infantil em menores de um ano.	0
	Aumentar o número de parto normal no sus na população residente.	0,00
	Reduzir e ou manter o número de óbitos maternos.	0
	Reduzir o número de adolescente grávidas na faixa etária de 10 a 19 anos.	0,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Proporcionar atendimento de urgência e emergência em tempo oportuno	100,00
303 - Suporte	Proporcionar atendimento de urgência e emergência em tempo oportuno	100,00
Profilático e Terapêutico	Garantir a aquisição regular de medicamentos essenciais da REMUNE em quantidade e prazos necessários ao abastecimento da rede pública municipal.	0,00
	Garantir acesso do Usuário aos medicamentos disponibilizados na farmácia cidadã.	0,00
	Garantir o atendimento dos mandados Judiciais obedecendo o fluxo estabelecidos para o cumprimento dos mandatos.	0,00
	Realizar ações destinadas ao enfrentamento à covid 19	0,00
304 - Vigilância	Reduzir e ou manter o número de óbitos maternos.	0
Sanitária	Coleta de água para analise para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	0,00

	Executar as ações do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde PQAVS	0,00
	Realizar número de ciclos para cobertura de imoveis visitados para controle vetorial da dengue	0
	Realizar ações destinadas ao enfrentamento à covid 19	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Diminuir o número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	26
	Investigar os óbitos maternos e de mulheres em MIF (10 a 49 anos)	0,00
	Aumentar os registro de óbitos com causa básica definida.	0,00
	Reduzir a mortalidade infantil em menores de um ano.	0
	Alcançar cobertura vacinal crianças menores de 2 anos , pentavalente (terceira dose), pneumocócica 10-valente (segunda dose), poliomelite (terceira dose) e tríplice viral (primeira dose) com cobertura vacinal preconizada.	0,00
	Encerrar casos de DNCI em tempo oportuno.	0,00
	Possibilitar o tratamento e cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	0,00
	Possibilitar o tratamento e cura dos casos de tuberculose diagnosticados nos anos das coortes.	0,00
	Reduzir o numero de casos de sífilis congênita em menores de uma ano de idade	0
	Realizar o preenchimento correto nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	0,00
	Realizar ações destinadas ao enfrentamento à covid 19	0,00

Subfunções da Saúde	Natureza da Despesa	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
comprementares	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 -	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Administração Geral	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
301 - Atenção	Corrente	9.113.552,44	882.444,05	N/A	N/A	N/A	168.804,76	N/A	10.164.801,25
Básica	Capital	5.645,00	269.300,00	N/A	N/A	N/A	75.576,02	N/A	350.521,02
302 - Assistência	Corrente	1.803.854,24	1.613.795,79	N/A	N/A	N/A	353.830,40	N/A	3.771.480,43
Hospitalar e Ambulatorial	Capital	30.367,10	8.817,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	39.184,10
303 - Suporte	Corrente	150.510,81	167.592,22	N/A	N/A	N/A	160.428,90	N/A	478.531,93
Profilático e Terapêutico	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância	Corrente	19.237,59	151.870,94	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	171.108,53
Sanitária	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância	Corrente	N/A	316.567,75	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	316.567,75
Epidemiológica	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 -	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Alimentação e Nutrição	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 21/07/2020.

• Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

A Secretaria Municipal de Saúde não possui setor de monitoramento, controle e avaliação implantado, visto que não foi realizado o monitoramento dos indicadores do Plano Municipal de Saúde, sendo assim não possui resultado e percentual de meta alcançada.

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2018	Resultado do quadrimestre	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	34	24	0	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	Е	100,00	66,70	0	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	98,00	100,00	0	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	75,00	100,00	0	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	90,00	100,00	0	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	90,00	100,00	0	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	Е	-	-	0	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade		1	1	0	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	0	0	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	100,00	154,80	0	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,40	0,29	0	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,25	0,13	0	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	40,00	39,13	0	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	20,00	14,90	0	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	0	1	0	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	2	0	0	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	67,00	79,98	0	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	71,00	81,85	0	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	69,82	69,97	0	Percentual
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	U	100,00	100,00	0	Percentual

21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	Е	-	-	0	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	4	3.333	0	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	100,00	100,00	0	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 21/07/2020.

• Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

O presente documento tem por objetivo apresentar as fichas de qualificação dos 23 indicadores estabelecidos para os anos de 2017 a 2021, conforme decisão tomada na reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite em 24 de novembro de 2016 e publicado no Diário Oficial da União, em 12 de dezembro de 2016, por meio da Resolução nº 8. Os indicadores relacionados a diretrizes nacionais são compostos por 20 indicadores universais, ou seja, de pactuação comum e obrigatória e 3 indicadores específicos, de pactuação obrigatória quando forem

observadas as especificidades no território.

O SISPACTO 2018 foi apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Os indicadores relacionados a mamografias e citopatológicos as metas não foram atingidas devido o prestador das mamografias serem em outro município pela dificuldade de arrumar transportes e as mulheres indicadas a fazerem também não querem fazer o trajeto pela distancia e a dificuldade de datas para agendamento da mesma. e o citopatológico devido ainda algumas mulheres sentirem um certo preconceito em realizar a coleta com os enfermeiros da das esf preferindo realizar as coletas com médicos particulares com as quais já fazem acompanhamento ginecológicos.

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa

Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos -	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Royalties do Petróleo destinados	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
		Saúde	Governo Federal	Governo Estadual			à Saúde		
Atenção Básica									
Corrente	0,00	9.113.552,44	882.444,05	0,00	0,00	0,00	168.804,76	0,00	10.164.801,2
Capital	0,00	5.645,00	269.300,00	0,00	0,00	0,00	75.576,02	0,00	350.521,0
Assistência Hospitalar e Ambulatorial									
Corrente	0,00	1.803.854,24	1.613.795,79	0,00	0,00	0,00	353.830,40	0,00	3.771.480,4
Capital	0,00	30.367,10	8.817,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.184,1
Suporte Profilático e Terapêutico									
Corrente	0,00	150.510,81	167.592,22	0,00	0,00	0,00	160.428,90	0,00	478.531,9
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Vigilância Sanitária									
Corrente	0,00	19.237,59	151.870,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.108,5
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Vigilância Epidemiológica									
Corrente	0,00	0,00	316.567,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	316.567,7
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Alimentação e Nutrição									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Subfunções									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Total	0,00	11.123.167,18	3.410.387,75	0,00	0,00	0,00	758.640,08	0,00	15.292.195,0

^(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 26/03/2021.

9.2. Indicadores financeiros

²⁾ Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.

Indicadores do Ente Federado						
	Indicador	Transmissão				
		Única				
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	4,24 %				
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	89,04 %				
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	6,95 %				
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	97,75 %				
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	13,59 %				
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	49,39 %				
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 590,84				
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	58,59 %				
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	2,33 %				
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	22,11 %				
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	2,55 %				
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %				
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	27,74 %				
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	31,84 %				

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 26/03/2021.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
AÇOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	ÚBLICOS DE SAÚDE INICIAL ATUALIZADA (a		Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.201.000,00	2.201.000,00	2.842.506,93	129,15	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	120.000,00	120.000,00	40.305,40	33,59	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	60.164,16	60,16	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.608.706,88	160,87	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	840.000,00	840.000,00	819.786,30	97,59	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	14.000,00	14.000,00	13.913,81	99,38	
Dívida Ativa dos Impostos	117.000,00	117.000,00	202.450,27	173,03	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	10.000,00	10.000,00	97.180,11	971,80	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	31.470.000,00	31.470.000,00	30.283.327,03	96,23	

Cota-Parte FPM	21.500.000,00	21.500.000,00	18.725.129,55	87,09
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	7.854,53	78,55
Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	1.423.150,66	109,47
Cota-Parte ICMS	8.400.000,00	8.400.000,00	9.817.761,73	116,88
Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	216.525,90	108,26
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	60.000,00	60.000,00	92.904,66	154,84
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	92.904,66	154,84
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	33.671.000,00	33.671.000,00	33.125.833,96	98,38

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
SAUDE	SAUDE INICIAL ATUALIZADA (c		Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.221.000,00	4.221.000,00	4.241.488,70	100,49	
Provenientes da União	4.031.000,00	4.031.000,00	4.146.210,14	102,86	
Provenientes dos Estados	110.000,00	110.000,00	89.484,50	81,35	
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas do SUS	80.000,00	80.000,00	5.794,06	7,24	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS					
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.221.000,00	4.221.000,00	4.241.488,70	100,49	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO	DESPESAS EXECUTADAS				
Natureza de Despesa)	INCIAL	ATUALIZADA (e)	Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e)		
DESPESAS CORRENTES	15.069.750,00	15.615.775,41	13.915.845,83	330.134,16	91,23		
Pessoal e Encargos Sociais	9.429.750,00	9.132.369,21	8.810.413,26	0,00	96,47		
Juros e Encargos da Dívida	176.000,00	531.898,07	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Correntes	5.464.000,00	5.951.508,13	5.105.432,57	330.134,16	91,33		
DESPESAS DE CAPITAL	230.500,00	420.379,21	111.117,02	277.248,00	92,38		
Investimentos	216.500,00	420.379,21	111.117,02	277.248,00	92,38		

Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	15.300.250,00	16.036.154,62		14.634.345,01	91,26

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESP	DESPESAS EXECUTADAS			
PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	INICIAL	ATUALIZADA	Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i) / IV(f+g)]		
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	4.400.219,91	3.512.642,35	530.825,40	27,63		
Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	3.567.857,88	2.824.974,07	459.853,60	22,45		
Recursos de Operações de Crédito	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos	N/A	832.362,03	687.668,28	70.971,80	5,18		
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	40.612,68			
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		4.084.080,43	27,91		

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i)]

N/A 10.550.264,58

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE
SAÚDE SOBRE A RECEITA DE
IMPOSTOS LÍQUIDA E
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E
LEGAIS (VII%) = [VI(h+i) / IIIb x 100] LIMITE CONSTITUCIONAL 15%4

31,84

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	35.944,08	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1° e 2°	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)		
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00		
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00		
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00		
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00		
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00		
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00		

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MINIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)		
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00		
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00		
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00		
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00		
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00		
Total (IX)	0,00	0,00	0,00		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA	Liquidadas Até o	Inscritas em Restos a	% [(l+m)
			Bimestre	Pagar não	1
			(1)	Processados	total(l+m)]x100
				(m)	

Atenção Básica	10.539.150,00	10.851.675,89	10.084.037,85	431.284,42	68,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.835.900,00	4.096.070,79	3.636.929,28	173.735,25	24,92
Suporte Profilático e Terapêutico	370.900,00	566.810,10	476.873,06	1.658,87	3,13
Vigilância Sanitária	398.300,00	189.673,19	170.404,91	703,62	1,12
Vigilância Epidemiológica	156.000,00	331.924,65	316.567,75	0,00	2,07
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15.300.250,00	16.036.154,62		15.292.195,01	100,00

FONTE: SIOPS, Espírito Santo13/05/19 12:06:33

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) (15 x IIIb)/100].

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2018 (Fonte: FNS)	Valor Executado
	1012220154525 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	700000	0
	103012015219A - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	1621494.97	0
	1030220158585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	1164254.52	0
	10303201520AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	130775.23	0
	10303201520AH - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	24000	0
	10304201520AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	15529.2	0
	10305201520AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	167867.24	0
	10845090300QR - APOIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ENTES FEDERATIVOS QUE RECEBEM O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS - FPM	191737.95	0
CUSTEIO	CÓD. NÃO INFORMADO - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CEGONHA	6060.18	0
	CÓD. NÃO INFORMADO - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	105841.32	0
	CÓD. NÃO INFORMADO - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE		0
	CÓD. NÃO INFORMADO - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	11368.24	0
	CÓD. NÃO INFORMADO - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1278.35	0

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2018 (Fonte: FNS)	Valor Executado
	CÓD. NÃO INFORMADO - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	40198	0
	CÓD. NÃO INFORMADO - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	11888.66	0
	1030120158581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	290000	0
INVESTIMENTO	1030220158535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	80000	0
	10303201520AH - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	45654.23	0

^{1 –} Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Foi solicitado ao setor de contabilidade da prefeitura, já que a secretaria municipal de saúde não conta com setor de contabilidade próprio, as informações listada no item 9.4, e a mesma enviou a esta secretaria o balancete orçamentário da despesa, o mesmo será anexado no item 11. Análises e Considerações Gerais. Ressalto que as informações solicitadas não veio descrita conforme pedido no item 9.4. portanto fica restrito a responsabilidade de todas as informações contidas no relatório ao setor de contabilidade da prefeitura.

os documentos que serão anexados no item 11. são:

- protocolo nº 1761/2021
- Oficio nº 0110/2021- Secretaria Municipal de Saúde
- Ofício nº 02/2021 setor contabilidade
- 2018 Balancete da despesa por função e subfunção
- 2018 Balancete da despesa por projeto e atividade

^{2 -} Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal, conforme artigo 58 da Lei 4320/64.

10. Auditorias

Nº do Processo	Demandante	Órgão Responsável pela Auditória	Unidade Auditada	Finalidade	Status
	Componente Federal do SNA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBATIBA	-	-	-
Recomendações	-				
Encaminhamentos	-				

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 21/07/2020.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online Data da consulta: 21/07/2020.

• Análises e Considerações sobre Auditorias

No período a que se refere o relatório não houve auditorias no município.

11. Análises e Considerações Gerais

Considerando a Portaria nº 3.134, de 17 de dezembro de 2013 que diz, § 8º O gestor de saúde estadual, do Distrito Federal ou municipal encaminhará a proposta aprovada e as ações realizadas conforme previsto nos §§ 3º, 4º, 5º e 6 º, para conhecimento à Comissão Intergestores Regional (CIR), se houver, e à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF). Informo que será encaminhada para apreciação na Câmara Técnica da CIR Metropolitana, após ter sido apresentado ao Conselho Municipal de Saúde.

Podemos observar que houve um investimento em saúde de 31,84 %, comprovando o compromisso da gestão para melhoria e resolutividade dos serviços de saúde ofertados a população ibatibense.

É importante destacar que o município recebeu R\$1.070.000,00 através de emendas parlamentares, captadas para **investimento** na Estruturação da rede de serviços de **atenção básica** de saúde, Estruturação de unidades de **atenção especializada** em saúde e **custeio** para Incremento temporário do piso da **atenção básica**.

Informo abaixo o detalhamento das emendas e recursos financeiros.

Nº PROPOSTA	AÇÃO	DATA DEPÓSITO	VALOR	PORTARIA
25000.042172/2018-19	Estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde (Investimento)	13/03/2018	R\$100.000,00	1731
25000.211285/2018-71	Estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde (Investimento)	07/12/2018	R\$190.000,00	1087
25000.082750/2018-50	Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde (Investimento)	11/05/2018	R\$80.000,00	3673
25000.081467/2018-19	Incremento temporário do piso da atenção básica (custeio)	09/05/2018	R\$300.000,00	4090
25000.095956/2018-40	Incremento temporário do piso da atenção básica (custeio)	01/06/2018	R\$100.000,00	1053
25000.223780/2018-22	Incremento temporário do piso da atenção básica (custeio)	21/12/2018	R\$200.000,00	4086
25000.224954/2018-74	Incremento temporário do piso da atenção básica (custeio)	26/12/2018	R\$100.000,00	4119
TOTAL			R\$1.070.000,00	

Fonte: site FNS

Realizou adesão ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), habilitado através da Portaria nº 3.364/GM/MS, de 8 de dezembro de 2017 publicada no Diário Oficial da União nº 5, Seção 1, página 48, em 8 de janeiro de 2018, o qual recebeu o valor de R\$45.654,23 no dia 16/11/2018. Esse programa tem por finalidade contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da Assistência Farmacêutica nas ações e serviços de saúde, visando uma atenção contínua, integral, segura, responsável e humanizada.

Foi solicitado ao setor de contabilidade da prefeitura, já que a secretaria municipal de saúde não conta com setor de contabilidade próprio, as informações listada no item 9.4, e a mesma enviou a esta secretaria o balancete orçamentário da despesa, o mesmo será anexado no item 11. Análises e Considerações Gerais. Ressalto que as informações solicitadas não veio descrita conforme pedido no item 9.4. portanto fica restrito a responsabilidade de todas as informações contidas no relatório ao setor de contabilidade da prefeitura.

os documentos que serão anexados no item 11. são:

- protocolo nº 1761/2021
- Oficio nº 0110/2021- Secretaria Municipal de Saúde
- Ofício nº 02/2021 setor contabilidade
- 2018 Balancete da despesa por função e subfunção

• 2018 - Balancete da despesa por projeto e atividade

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício
 - Sugiro que seja descentralizado o monitoramento para as referidas coordenações e responsáveis pelos programas, sendo efetuada de forma sistemática mensalmente, proporcionando intervenção em tempo oportuno. Ressalto que o monitoramento deverá ser entregue quadrimestralmente ao setor de Planejamento, Controle, Avaliação (ou setor responsável) para que seja elaborada a devida prestação de contas.;
 - 2. Divulgar no site oficial da prefeitura todos os instrumentos de gestão (PMS, PAS e RAG), assim como contratos firmados com prestadores de serviços, proporcionando transparência das ações realizadas;
 - 3. Monitorar todos os contratos com prestadores de serviços;
 - 4. Utilização do prontuário eletrônico pelos profissionais da Atenção Básica e Secundária;
 - 5. Realizar o acolhimento por meio da escuta inicial em todas as Unidades de Saúde;
 - 6. Elaborar um plano de trabalho para desenvolver ações de educação permanente;
 - 7. Melhorar o fluxo para cirurgia eletiva;

Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

É importante ressaltar, que todas as considerações anteriores são válidas para que possamos melhorar as ações e serviços de saúde disponibilizados a população de Ibatiba. Outro ponto, diz respeito a colaboração de toda a equipe de saúde, pois, juntos somos mais fortes.

NILCILAINE HUBNER FLORINDO Secretário(a) de Saúde IBATIBA/ES, 2018

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO: ESPIRITO SANTO MUNICÍPIO: IBATIBA Relatório Anual de Gestão - 2018

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

• Considerações:

aprovado.

Introdução

• Considerações:

aprovado.

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

• Considerações:

aprovado.

Dados da Produção de Serviços no SUS

• Considerações:

aprpovado.

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

• Considerações:

aprovado.

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

• Considerações:

aprovado.

Programação Anual de Saúde - PAS

• Considerações:

o conselho aprova mas orientamos que seja implantado o controle avaliação.

Indicadores de Pactuação Interfederativa

• Considerações:

aprovado

Execução Orçamentária e Financeira

• Considerações:

o conselho após analise dos fatos aprova as informações fornecidas, pois as mesma dão veracidade dos gastos realizados pela secretaria no ano de 2018. Mas, orienta que nas próximas prestações de contas o setor de contabilidade se adeque e forneça as informações solicitadas de acordo com o que se pede no item 9.4 conforme solicilitado pela secertaria municipal de saúde.

Auditorias

• Considerações:

aprovado.

Análises e Considerações Gerais

• Parecer do Conselho de Saúde:

Após analises conselho não tem mais nada a considerar, aprovado.

Recomendações para o Próximo Exercício

• Considerações:

o conselho municipal de saúde , aprova as considerações anteriores para a melhoria dos serviços ofertado aos munícipes.

Data do parecer: 23/06/2021

Status do Parecer: Aprovado

IBATIBA/ES, 23 de Junho de 2021

Conselho Municipal de Saúde de Ibatiba